



EDUCAÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REPRESENTATIVIDADE IMPORTA

Rosângela Aparecida HILÁRIO¹; Paula Alexandre LOPES¹

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil.

Autor correspondente: rosangela.hilario@unir.br

O presente texto é recorte de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Rondônia, ciclo 2019/2020, que teve como objetivo analisar como as referências de professoras pretas no percurso escolar das meninas pretas pode (ou não) favorecer o desenvolvimento de práticas pedagógicas que tirem da invisibilidade a cultura e história do povo preto para promover pertencimento e melhoria nas condições de aprendizagem das meninas pretas. O estudo se estruturou no estudo da interseccionalidade, ou seja, como nascer mulher, preta e pobre interfere no percurso e ocupação dos espaços de poder. No decorrer do estudo foi possível constatar que o racismo se apresenta sobre diversos formatos, tendo em vista ser um fenômeno estrutural que afeta ao povo preto por meio dos marcadores sociais de raça, classe e gênero. Importa negritar que a “abolição”, mais excluiu os negros dos espaços de poder e processos de pertencimento a cidadania plena do que trouxe liberdade de fato e de direito. A organização jurídica, inclusive, parece ter tido a única preocupação de manter gente preta em espaços/processos de subalternização: a lei da vadiagem que punia com prisão pessoa que não conseguissem comprovar que tinham trabalho para manter sua subsistência (Lei 3.688/41), as pessoas que mendigavam por absoluta falta de oportunidades de trabalho, de perspectiva e de ... educação formal que levasse a abrir novas possibilidades. A criminalização do samba, da capoeira e das religiões de matriz africana, só para ficar em alguns pontos de leis que tinham intenção e destino certo: escravizar esperança e manter aprisionados em um looping social pessoas pretas. Mas, a que mais afetou o desenvolvimento da educação das pessoas pretas foi o não reconhecimento, durante todo o século XIX e parte do século XX, como ser humano com direito a humanidade, alteridade e escolhas. A interdição só não foi completa em face da existência de irmandades e espaços não formais que se ocuparam em preencher essas

.



lacunas facultando educação formal atravessada por doutrina religiosa. Então, o afastamento de crianças pretas das escolas, da educação formal e do conhecimento de sua história e cultura não foi por acaso: foi intencional e ratificado pelo estado brasileiro, que mesmo quando “autorizou” não criou mecanismos para que fosse viabilizado: o conceito de infância do começo do século XX não incluía todas as crianças e muito menos as crianças pretas. O afastamento afetou ao povo preto em geral, as meninas pretas com histórico de preterimento, ausências e abusos de todo tipo, marcou, delimitou avanço e produziu subalternidades e (mais) opressão. A justificativa para esse trabalho é constatar como e se a representatividade pode ser uma estratégia de resistência para uma existência plena. Foram realizadas reuniões quinzenais com o Grupo de Pesquisa e Ativista Audre Lorde para conhecimento, entendimento e fortalecimento do arcabouço teórico para permitir o diálogo entre os conceitos e as narrativas. Em seguida, foi feita uma seleção para organização do referencial por meio de livros e artigos que apresentam temáticas voltadas a raça, gênero, classe e educação. Foram lidos, entre outras, mas, não exclusivamente, textos de Angela Davis, bell hooks², Paulo Freire, Sueli Carneiro, Carla Akotirene. Dando sequência, foi elaborada e realizada a pesquisa de campo composta de entrevistas, análises documentais e gravação das narrativas. Durante o processo de escuta foram narrados episódios de racismo, silenciamento e apagamento da história da professora sofridos desde os anos iniciais de ensino fundamental até a finalização de sua carreira docente: suas características físicas e estéticas causavam estranhamento nos espaços nos quais ela transitava. Durante toda a carreira, de acordo com documentos e narrativas da própria professora Eunice, suas promoções e reconhecimento esbarravam em um “competente, mas...” que não se completava.

O que torna tudo mais complexo: o que não é dito, na perspectiva de uma lógica perversa, não existe e sobre essas bases que se constrói o mito da democracia racial. Mas, (e esse mas é por nós acrescentado) em que se pese as dificuldades, ausências, silenciamentos e tentativa de apagamento de sua história, a professora Eunice Johnson sempre utilizou sua influência e respeito em face de ter sido a primeira pessoa preta titulada de Rondônia (Mestra) a favor de alunas pretas, professoras pretas da educação básica e do ensino superior e sempre buscou incentivá-la a buscar algo que lhe foi negado durante todo o



percurso: que conquistasse as credenciais necessárias para superar o “mas” que antecedia sua ascensão profissional. Não fossem o “mas” que sempre cercou a vida profissional da Professora, talvez, ela tivesse sido a primeira reitora preta da Região Norte. Mas, importa saber que a Professora Eunice Johnson estimulou, financiou e deu todo suporte possível as meninas pretas e professoras pretas que passaram pelos espaços nos quais ela transitou por mais de quarenta anos de ofício docente.

PALAVRAS-CHAVES: Interseccionalidade, Racismo, Representatividade.